



Linguagem e esfera pública na sociedade em rede: Sociedade Civil, tecnologia, linguagem e política¹

Fred Izumi UTSUNOMIYA²

Mariza de Fátima REIS³

Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, SP

RESUMO

A Sociedade Civil procura exercer seu papel mediador entre as forças do Estado e do Mercado, através do exercício da ação comunicativa na Esfera Pública. As Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC's, (sobretudo as mídias digitais, lideradas atualmente pela Internet e os celulares) podem ser usadas na busca de apropriação de voz na Esfera Pública, objetivando o desenvolvimento de uma sociedade democrática e solidária. O sujeito, ator desse processo político em redes sociais, expressa seus pensamentos sobre a realidade das experiências vividas construindo significados intersubjetivos respaldado pela teoria da ação comunicativa.

PALAVRAS-CHAVE: Linguagem; Ação comunicativa; Esfera Pública; TIC's.

1. INTRODUÇÃO

A sociedade do século XXI é uma sociedade em rede: a realidade sociopolítica e cultural local relaciona-se com o mundo global através de conexões cibernéticas. Manuel Castells definiu-a como sociedade em rede (CASTELLS, 2007), compreendendo o papel que a rede internacional de computadores exerce na nova configuração social, econômica e política do mundo. A Sociedade Civil, conceito que interliga a vida de foro íntimo dos cidadãos às relações sociais no âmbito do Estado e da vida econômica (Mercado) é uma dimensão importante do ser humano contemporâneo. As expectativas de qualidade de vida, consumo e realização pessoal perpassam pela oportunidade de se conviver numa sociedade livre, democrática e solidária. O campo onde o exercício de auto-determinação dos povos pode ser praticado é a do diálogo, caracterizado por um espaço ou esfera pública.

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania do X Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestre, professor pesquisador da Universidade Presbiteriana Mackenzie, email: fredu@mackenzie.br.

³ Doutora, professora pesquisadora da Universidade Presbiteriana Mackenzie, email: marizareis@mackenzie.br



As relações entre os interesses das pessoas que buscam um consenso que extrapole parâmetros meramente racionais, mas possibilite um efetivo desenvolvimento humano e social são potencializadas em atos comunicativos pela e na linguagem. O conceito de ação comunicativa origina-se em estudos analíticos sobre a linguagem que podem trazer luzes ao atual contexto político-econômico sombrio pelo qual a humanidade passa, sobretudo tendo à frente imensos desafios na área ambiental (sustentabilidade), política (terrorismo, nacionalismos) e econômica (começo da recuperação de uma grande crise econômica global).

2. FILOSOFIA ANALÍTICA, LINGUAGEM E AGIR COMUNICATIVO

No final do século XIX, os filósofos analíticos da Escola de Oxford propuseram reinvestigar questões sobre o binarismo verdade/falsidade do observar o objeto e entendimento do mundo pelo sujeito por intermédio da linguagem sob uma concepção realista. Este movimento pode ser considerado como uma reação tanto ao idealismo absoluto que pressupõe a identificação da realidade com a totalidade como ao empirismo que reduzia a realidade à experiência do sujeito.

Procurou-se estabelecer uma forma lógica de entendimento do mundo a partir do observar do objeto, conhecida como Lógica Simbólica, cuja validade da observação do objeto, comparada às funções matemáticas seria externa ao sujeito. Assim, foram analisadas as sentenças e seus elementos constitutivos e desenvolveram-se conceitos binários sobre *sentido e referência, termo e proposição, nomes próprios e predicativos*. Entretanto, o valor descritivo das proposições provou ser insuficiente porque pode denotar o objeto nomeado, como no caso da representação do unicórnio, *pet* dos filósofos, mas não garantir o seu referente.

Dessa forma, a lógica simbólica, sob uma visão descritiva para o “observar”, sustentada por Frege, postula que uma expressão de referência acontece quando descreve as características ou propriedades do referente, sem necessariamente provar a sua existência. (REIS, 1998, p. 82).

Saussure (1972) no início do século passado estabelece a ciência da língua – lingüística – como parte da Semiologia, ciência dos signos. Ao objetivar aspectos estruturais do signo, deteve-se ao estudo binário do significante e significado do signo registrado, ficando para a Semântica Formal a tarefa de estudar o valor de verdade dos significados dos signos lingüísticos.



Entretanto, Wittgenstein (1991), discípulo de Russel, após construir uma lógica atomística no *Tractatus*, evolui nas *Investigações Filosóficas* seu conceito de verdade para as regras aceitas nos “jogos de linguagem” que o sujeito vivencia no cotidiano, já subordinando as suas validações ao consenso dos jogadores em contexto específico.

Estes “jogos” iriam além do código lingüístico utilizado pelos falantes, pois combinariam além das palavras, os atos, as atitudes e as formas de comportamento, o que seria considerado o uso da linguagem em sua totalidade. Ao analisar as possibilidades de malogros pela linguagem, Wittgenstein tenta justificá-los pela tendência que o sujeito apresenta de refletir sobre a linguagem preso às suas regras normativas e propõe que a mesma seja analisada de uma forma panorâmica.

Com o objetivo de não entrar no aspecto do sensível, portanto psicológico, foi criado por Wittgenstein o conceito de “projeção”, que seria o contato imagético que procedemos em nosso espírito ao ouvirmos a palavra. Esse conceito de projeção durante a interação comunicativa teria a propriedade de denotar as “formas de vida” ou as regras que o sujeito traz para o jogo.

Marques (2002, p.542) ao escrever sobre a crise do representacionalismo, sob a ótica das discussões propostas por Wittgenstein, concorda que é nos jogos que a projeção do sujeito se manifesta de uma forma imprevisível, pois acontece a partir de uma relação interna a ele, porém em construção de significados intersubjetivos. “*E assim o sentido da linguagem não tem uma origem numa realidade exterior à própria linguagem, mas sim no uso que dela é feito no contexto de uma prática.*”

A teoria dos atos de fala de John Langshaw Austin (1990), filósofo analítico de Oxford, precursor da Filosofia da linguagem ordinária (*Ordinary Language Philosophy*), tira a análise da lógica formal e da lógica simbólica do significado definitivamente do aspecto metafísico e a traz para o cotidiano.

A linguagem não é mais examinada em abstrato, mas sempre relacionada a uma situação que, mesmo que imaginária, é validada pelo alcance da compreensão do sentido produzido. O significado de uma sentença, portanto, não depende mais somente dos elementos gramaticais e semânticos que a constituem. É necessário que a sentença faça sentido ao ser comunicada como mensagem.

Austin afirma que não se pode pensar na linguagem humana de forma compartimentada, institucionalizada, possibilitando uma visão performativa da linguagem. Na medida em que se emprega performativamente a linguagem, entre sistemas de signos lingüísticos e a realidade externa por eles representada, ela acaba por



conflitar os estudos da linguagem, pois rompe a barreira entre o lingüístico e o filosófico.

Esse deslocamento das análises filosóficas anteriormente fundamentadas na lógica gramatical e na teoria subjetiva de afiguração em direção à análise dos aspectos empírico-subjetivos de nossa expressividade em atos de fala como ato mental, substitui a teoria do significado pela teoria da comunicação.

Atos de fala como fruto de ato mental são inerentes às crenças e certezas do falante, parâmetro que se direciona para as práticas sociais, os paradigmas, e valores das comunidades nas quais são praticados e o conceito de contexto acaba por superar a barreira entre linguagem, mundo e realidade. O sucesso destes atos inclui condições de adequação ao contexto, tais como: /o falante sabe que P/, /o falante acredita que P/, /o falante quer que P/ e /o falante considera que P, tratadas como premissas em padrões de lógica formal.

Nas doze conferências que proferiu em Harvard em 1955, Austin utiliza-se da comparação entre o aspecto descritivo, constativo, expressivo e performativo dos enunciados para pesquisar a relação que se estabelece com o significado, sentido e referência. Quando o enunciado é descritivo assertivo, o ato expressivo, chamado de ilocucionário, encontra-se sujeito à verificação de falsidade, exemplificado pelo enunciado */a terra é redonda/*. Nele, a cognição encontra-se implícita */eu sei (...) que a terra é redonda/*. No caso dos atos constativos em primeira pessoa, a análise fica entre os aspectos de omissão ou explicitação.

Entretanto, nos atos performativos, como */eu prometo que virei amanhã/*, a ação que se procede implica o reconhecimento além do significado, de uma força ilocucionária de convencimento que substitui a noção de verdade e de falsidade do ato constativo e fica sujeita à dimensão de felicidade para o ato, na medida que o receptor da mensagem se convença e espere.

O aspecto convencional que representa a necessidade de adequação do ato performativo às circunstâncias da sua enunciação implica acima de tudo a necessidade de haver sinceridade entre os participantes para que o ato perlocutório atinja consenso entre os participantes.

Sob esta perspectiva, a proposição passa a ser analisada a partir de seu aspecto de validade e não mais de veracidade, exemplificado pelas sentenças */aceito este homem como meu legítimo esposo/*, validado durante uma cerimônia de casamento sob determinadas circunstâncias que consensualmente não provocam estranhamento e */batizo este navio em nome de Julio César/*.



Ao destacar a importância do contexto para que a interação seja bem-sucedida, o método de análise proposto pela Filosofia da linguagem ordinária privilegia o aspecto intersubjetivo de construção de sentido, apoiando-se no caráter contratual ou de compromisso entre os participantes do ato comunicativo.

Assim, a expressão pela linguagem como divisor de águas dos valores nos campos de bem do mal, quando analisado sob parâmetros racionais em uma sociedade multicultural, acrescenta a noção das regras consensuais, às regras simbólicas.

Esta acaba por representar a máxima da filosofia analítica de Oxford, que analisa como as outras filosofias do século XX, o compromisso ético e moral assumidos em contextos específicos, considerando o aumento de diversidade de princípios de convivência que foi favorecido pela rapidez do desenvolvimento científico e tecnológico.

Lacuna que foi deixada pela proposta de Wittgenstein de que a filosofia fosse substituída pela administração das regras trazidas para os jogos de linguagem sociais, a fim de que seja atingida a eficácia na comunicação social sem necessariamente determinar a responsabilidade para com o *modo de agir e de falar*.

Austin apresenta em Harvard a aplicação de seu método na área de Direito e categoriza em cinco níveis a utilização de verbos implícitos ou explícitos em enunciados, a saber: *vereditivos*; que emitem juízos (considero, interpreto, etc.); *exercitivos*, como ato judicial (aconselho, anuncio, declaro aberta, peço, etc.); *comissivos*, que implica comprometimento (pretendo, sou a favor de, delego, concedo, etc.); *comportamentais*, que significam adotar uma atitude para com outra pessoa (agradeço, felicito, protesto, etc.) e *expositivos* (relato, explico, observo, etc.).

A inclusão da noção do sentido para a relação entre significado e referência corrobora o fato de que, para que seja atingido o consenso sobre a validação da proposição, é necessário o reconhecimento das circunstâncias nas quais as regras de uso dos verbos são aplicadas.

Portanto, a dimensão de felicidade do ato performativo, que se credita à lógica do consenso, fica dependente das atitudes éticas e morais inerentes aos sentimentos, pensamentos e intenções do enunciador, não considerando os efeitos contingentes que podem ser causados aos participantes do ato e nem da possibilidade de haver estioloamento causado pela insinceridade do enunciador.

O papel da teoria do significado passa a ser o de tornar explícito o funcionamento da linguagem e os princípios que governam seu uso, por intermédio de atos simbólicos compartilhados coletivamente e não como sistema formal ou representação mental



subjetiva. A idéia que se tem das palavras equivalem às expressões lingüísticas utilizadas pelo sujeito ao interagir pela linguagem e não a uma entidade mental externa a ele.

O reconhecimento pelo sujeito dos aspectos simbólicos implícitos nos atos de fala torna-se análogo ao conceito de racionalidade comunicativa habermasiano. A teoria da ação comunicativa do filósofo alemão da segunda fase da escola de Frankfurt é desenvolvida a partir dos atos lingüísticos dos falantes que se comunicam em busca ou de êxito por intermédio de um plano de ação, característica de racionalidade instrumental-estratégica ou de entendimento e acordo através de ações comunicativas (AIDAR, 1996).

Dessa forma, as pessoas capazes de responder por seus atos de fala são aquelas que auto-refletem a arquitetura do mundo vivido na qual se encontram e interagem como agentes comunicativos.

Este acervo é disponível na fenomenologia de modo experiencial, ou seja, o agente experimenta nas situações diárias de sua vida o acervo de saber que é o mundo vivido... tecido de fundo que fornece o material lingüístico para a vida social... a própria tecitura do mundo simbólico que permite a interpretação de cada situação vivida... experimentar uma situação é vivê-la, escolher socialmente uma posição, argumentar, tomar partido... escolher os companheiros... é este vivido que o simbólico possibilita. (AIDAR, 1996, p.29)

A reflexão sobre o “mundo vivido”, Lebenswelt, retoma a noção do reconhecimento das regras que trazemos para os “jogos de linguagem” acrescida do compromisso social do sujeito/agente com o seu agir comunicativo, da mesma forma que o consenso a ser atingido pelas ações comunicativas pressupõe aspectos de situação ideal para que os atos de fala sob padrões austinianos sejam bem sucedidos.

Dessa forma, a teoria da ação comunicativa assume aspectos da semântica intencionalista que preocupa-se com as intenções e vivências de um falante, a semântica formal que preocupa-se com as condições sob as quais uma expressão é verdadeira e a teoria do significado como uso. Segundo Aidar (1996) o agir comunicativo habermasiano difere-se do racionalismo sistêmico, teleológico, representado pela teoria dos sistemas que objetiva resolver problemas, intervindo no mundo por intermédio de descrições dos fatos, padrão da engenharia, da economia e da administração, representado pela teoria dos sistemas.

A abordagem fenomenológica habermasiana expande-se para o conceito de compartilhamento de mundo vivido, neste é enfatizada a cooperação intersubjetiva entre sujeitos capazes de linguagem e de ação. No modo comunicativo da ação, o sujeito/agente realiza uma definição comum da situação. A situação da ação é definida em comum pelos participantes do ato de linguagem cujos planos de ação são



estabelecidos em conjunto potencializando os processos de construção de significados intersubjetivos.

Em outras palavras, a atitude fenomenológica põe o mundo objetivo sob a lente da interpretação dos participantes da atividade comunicativa. “O mundo só adquire objetividade pelo fato de ser reconhecido como um e mesmo mundo por uma comunidade de sujeitos capazes de linguagem e ação” (HABERMAS, 1981, apud AIDAR, 1996, p.41)

3. SOCIEDADE CIVIL, ESFERA PÚBLICA E TIC’S

O termo de “Sociedade Civil” é constantemente utilizado para relembrar a dimensão triádica de forças sociais na qual estamos inseridos (a saber: Estado, Mercado e sociedade em geral) e que representa o campo da interação social entre o Mercado e o Estado, composta principalmente pela esfera íntima (família), pela esfera associativa (associações), por movimentos sociais e formas de comunicação pública. Uma oportuna abordagem jurídica desse conceito é feita pela jurista Erotides Tessmann: A sociedade civil moderna, autônoma, é institucionalizada através de leis e direitos subjetivos que a definem e a estabilizam. As dimensões de autonomia e institucionalização são necessárias para a sua legitimação (cf COHEN & ARATO, 1992 apud TESSMANN, 2007, p.5). O ator “Sociedade civil organizada” é uma parte da sociedade civil que se organiza, em torno de uma luta por maior inserção no cenário social e político, legitimada, principalmente por dois fatores: a) a impossibilidade de resolução das grandes questões sociais globais, através apenas de ações governamentais ou de mecanismos de mercado; b) pela atual situação de descrédito nos sistemas de representação política.

O recorrente uso do conceito de “Sociedade civil” é frequentemente associado à idéia de “luta” dos movimentos sociais contra o autoritarismo dos regimes comunistas e das ditaduras militares, especialmente na Europa Oriental e na América Latina, proveniente de conceitos formulados em contextos totalitários, como descritos por Norberto Bobbio e Liszt Vieira (BOBBIO, 2007 e VIEIRA, 2001). Por outro lado, nas democracias liberais, a Sociedade Civil não está, necessariamente, em conflito com o Mercado ou o Estado, mas a eles pode se contrapor, uma vez que as mediações previstas pela via de direito e democracia se vejam fracassadas. Atualmente, seu papel é compreendido como “defesa da sociedade civil moderna capaz de preservar sua autonomia e formas de solidariedade, diante do Estado e da economia” (TESSMANN, 2007, p.7).



Essas “mediações” da Sociedade Civil entre o Mercado e o Estado se dão na “esfera pública”, que pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social (HABERMAS, 1984, p.42). Essa reunião de um público, formado por pessoas privadas, construindo uma opinião pública comum, com base na racionalidade do melhor argumento, e fora da influência do poder político e econômico, e da ação estratégica é amplificado, do ponto de vista de desenvolvimento histórico, pelo advento da imprensa e, mais recentemente, pela Internet. A Imprensa, quando desvincilhada de interesses governamentais e econômicos, preza pela livre circulação de idéias e notícias, a fim de se possibilitar o fluxo dialógico que potencializem o agir comunicativo em prol da Sociedade Civil, com seus valores democráticos, de autonomia e de preservação de formas de solidariedade é um participativo inestimável na esfera pública.

A própria “esfera pública” se apresenta como uma esfera: o âmbito do que é setor público contrapõe-se ao privado. Muitas vezes ele aparece simplesmente como a esfera da opinião pública que se contrapõe ao poder público. Conforme o caso, incluem-se entre os órgãos estatais ou então os mídias que, como a imprensa, servem para que o público se comunique (HABERMAS, 1984, p.14).

Quando a Imprensa é utilizada como meio de dominação ideológica, contra-propaganda ou mesmo alienação, temos uma situação de totalitarismo político. Para tal, podemos lembrar a força da panfletagem e dos jornais nas revoluções políticas do início do século XX, do papel das informações radiofônicas no contexto da 2ª. Grande Guerra Mundial e da influência da televisão no conflito da Guerra do Vietnã. As novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC’s), sobretudo a Internet, através principalmente dos meios de comunicação bidirecionais (sites de relacionamento como o FaceBook e de mensagens instantâneas como o Twitter) e blogs, que são “mensagens para o mundo” a partir de uma pessoa potencializada pela internet.

Mas se por um lado temos a possibilidade de empoderamento de parcelas da Sociedade Civil – à parte dos “meios de comunicação oficiais” do Estado e da mídia comercial com interesses econômicos – através da voz e audiência proporcionados pela rede internacional de computadores, esse mesmo ambiente tecnológico pode ser controlado pelo Estado para silenciar e perseguir as vozes contrárias ao seu governo.



Há casos em que as TIC's tem dado voz a essas parcelas representativas excluídas do processo de construção de alternativas de consenso. O jovem jornalista e voluntário palestino, Sameh Habeeb mora em Gaza e possui um *blog*, chamado “Gaza Today” (<http://gazatoday.blogspot.com>), onde divulga notícias, faz denúncias, publica fotos, servindo como uma fonte de informação para muitos jornalistas do mundo inteiro. Através do Twitter, Laila El-Haddad, também de Gaza, publica pequenos flashes sobre a guerra. Ela compartilha com quase 500 pessoas (*followers*), através do seu perfil “Gazamom” (Mãe de Gaza) notícias que acha serem importantes, a partir do ponto de vista de uma mulher e mãe. Esses dois personagens ganharam voz e o são ouvidos pelo mundo através da internet. O alcance e impacto de suas idéias dificilmente ultrapassariam suas fronteiras de outra maneira. Apesar desses *blogs* serem apenas uma forma de expressão, denúncia ou protesto, a divulgação de notícias do ponto de vista de quem está sofrendo num conflito é muito importante para a conscientização e possível mobilização da opinião pública, que pode mover a ações mais concretas dos atores globais.

Mas quais seriam outras demandas e oportunidades comunicacionais para a Sociedade Civil num panorama onde sabe-se que há conflitos nos interesses do Estado (que em tese representa a expressão da vontade da sociedade), do Mercado (que de fato, é parte da sociedade) e da Sociedade Civil sobretudo em temas como “democracia”, “direitos civis” e “inclusão social”? O blog da cubana Yoani Sánchez (www.desdecuba.com/generaciony/) é uma forma de expressão que, num país sem mídia independente, onde tudo é controlado pelo Estado, encontrou na internet um meio de tentar poder expressar-se livremente.

Segundo dados da ONG Human Rights Watch cerca de sessenta pessoas estão presas na China por terem usado a internet para manifestar opiniões contrárias aos interesses oficiais. A jornalista Cláudia Trevisan comenta dois casos:

Um dos casos mais controversos foi a condenação, a dez anos de prisão, do jornalista Shi Tao, sob acusação de revelar segredo de Estado a estrangeiro. Em abril de 2004, Shi enviou ao site Democracy Forum, de Nova York, comentários sobre documento do Departamento de Propaganda do Partido Comunista que abordava preocupações das autoridades com o aniversário do massacre da praça Tiananmen, em junho. Preso em 2004, Shi foi condenado em abril do ano seguinte. O problema é que sua identificação só foi possível com a ajuda do Yahoo!, provedor de e-mail usado por Shi, que deu informações técnicas que permitiram vincular a mensagem suspeita ao seu endereço eletrônico. A organização Repórteres sem Fronteiras acusou a empresa de agir como um “informante da polícia”. O Yahoo! respondeu que “segue a lei dos países onde atua”. (TREVISAN, 2006, p.170-171)



Interessadas pelo potencial lucrativo mercado chinês, as empresas de Internet fazem concessões cada vez maiores às exigências do Partido Comunista, que exerce censura sem cerimônia a assuntos que não são de seu interesse. Em janeiro de 2006, o Google, principal concorrente do Yahoo!, inaugurou seu novo site de buscas na China, pelo governo. O mais importante é o que bloqueia acesso a páginas que contenham informação “sensível”, como direitos humanos e defesa da democracia (p.171). Recentemente, devido a investidas de hackers presumidamente a mando do governo chinês, a seus sistemas de segurança, a Google está revendo sua política de cooperação. Nessa situação, o Estado (o governo chinês), com ajuda do Capital (Yahoo! e Google) demonstram flagrante conflito de interesse das duas áreas contra a Sociedade Civil, pois a falta de liberdade de expressão é um atentado contra toda a sociedade aberta. Em países onde o Estado não está aberto ao diálogo e a manifestações democráticas, a cibervigilância é um efetivo instrumento de controle social.

4. ELEIÇÕES IRANIANAS EM 2009, AS TIC’S E O AGIR COMUNICATIVO

Um fato que pode ilustrar bem este aspecto do uso da internet como espaço público com fins de se exercer a ação comunicativa afirmativa em prol da defesa da Sociedade Civil aconteceu no Irã em junho de 2009. O panorama social e histórico desse país foi elaborado através das reportagens da revista Época de 22 de junho de 2009 (EVELIN e MENDONÇA, 2009) e (PEREIRA, 2009).

O Irã é uma república islâmica (o Estado não é laico) não alinhada à política internacional norte-americana e, por conseguinte, aos países da União Européia em geral. Possui 70 milhões de habitantes, dos quais mais de 23 milhões de pessoas possuem acesso à internet e mais de 45 milhões possuem telefones celulares. Possui a 2ª maior reserva de petróleo do mundo e, diferentemente de outros países islâmicos da região, possui uma significativa e crescente classe média, altamente escolarizada. Apesar de escolher seus representantes via sufrágio universal, há o Conselho dos Guardiães, composto por 12 clérigos fundamentalistas, órgão que, na prática, controla os candidatos aos cargos públicos. É um estado altamente militarizado que está desenvolvendo tecnologia nuclear com possibilidade de fabricação de bombas e que financia grupos extremistas como o Hezbollah, no Líbano, e o Hamas, na Faixa de Gaza. Seu atual presidente, reeleito no processo eleitoral que desencadeou a crise que será descrita, Mahmoud Ahmadinejad é um muçulmano ultraconservador que manifesta posições antisemitas. Reeito em junho de 2009 num contexto de grande



descontentamento social (o país enfrenta uma grande crise inflacionária e um índice de desemprego de 20%), sobretudo por parte das camadas de classe média (Ahmadinejad é popular especialmente entre a população humilde das zonas rurais e periferias urbanas, pois possui um estilo populista, marcado pela distribuição de dinheiro a aposentados e a veteranos de guerra e por seu estilo espartano e contido de vida) e pelas suspeitas de fraude eleitoral. No âmbito internacional, o programa de enriquecimento de urânio do Irã não é visto pela comunidade internacional com bons olhos, pois há suspeita de que o discurso de que a busca da tecnologia nuclear seria para “fins pacíficos” seria apenas para despistar dos verdadeiros objetivos militares. O governo americano procura uma reaproximação diplomática, após duas grandes crises que culminaram com o rompimento das relações diplomáticas (a revolução iraniana que depôs o ex-dirigente pró americano Reza Pahlevi, em 1979 e o seqüestro de 444 dias na embaixada americana em Teerã) e a recente inclusão do Irã, pelo ex-presidente George Bush, ao “Eixo do Mal”.

A mídia no Irã é censurada e controlada pelo governo islâmico conservador. As eleições de junho foram o estopim para manifestações populares contra a reeleição de Ahmadinejad, pois a margem de superioridade foi muito maior do que a prevista e a contagem dos votos se deu num prazo muito rápido. Com a desconfiança de fraude, milhares de manifestantes saíram às ruas e enfrentaram as forças governamentais e simpatizantes do presidente. Os conflitos resultaram em mortes e prisões. O relato a seguir extraído da revista *Época* de 22 de junho retrata a situação.

“Teerã está escura e fria esta noite. Estou ouvindo gritos. Assustador”. Sábado, 13 de junho de 2009. Um internauta identificado como Mohamad Reza descreve para o mundo o clima sombrio que paira sobre a capital do Irã no dia seguinte às eleições presidenciais do país. O presidente Mahmoud Ahmadinejad declarava-se reeleito e aparecia sorrindo nos canais de TV locais. O opositor Mir Hossein Mousavi, derrotado, foi a público para chamar o resultado de “farsa”. Um grande número de pessoas tomou as ruas para protestar. Como esperado, a polícia do regime teocrático reprimiu as manifestações com violência. “Teerã está escura e fria nessa noite”, escreveu Reza. Seu sussurro de medo escapou de Teerã para o resto do mundo por meio do Twitter, o site de mensagens da internet usado por 20 milhões de pessoas. Nos dias seguintes, com a oposição das ruas e o governo usando força e censura para sufocá-la, o sussurro do Twitter crescerá pra tornar-se um protesto, um grito e, finalmente, um clamor que tomou conta da blogosfera e terminou por criar um movimento mundial de solidariedade aos iranianos. “O protesto que se desenrola no Irã é por definição um conflito do século XXI”, escreveu Nicholas Kristof, articulista do jornal *The New York Times*. “De um lado, há trogloditas do governo disparando balas. De outro, há jovens rebeldes disparando mensagens de Twitter.” (PEREIRA, 2009, p. 103).



Os internautas iranianos, a despeito da comunicação oficial da mídia controlada pelo governo, mobilizam-se através de mensagens postadas no Twitter, no FaceBook e até vídeos no YouTube captados por câmaras de celulares que demonstravam a brutalidade das forças governamentais. Em questão de minutos, o mundo ficou sabendo da mobilização iraniana frente à repressão do governo em protesto aos resultados das eleições. O governo tentou reagir tornando lentas a conexão, mas não teve coragem suficiente para “derrubar” a conexão do país (o que poderia trazer conseqüências comerciais e logísticas terríveis). A revista *Época* frisou:

Cada usuário do Twitter é um repórter em potencial e é impossível controlar todos eles sem tirar do ar a internet e a telefonia celular. Por mais que fotos de Teerã chegassem pelo site de fotos Flickr, por mais que o YouTube expusesse de forma irrefutável as imagens de violência, foi sobretudo por meio do Twitter que a informação foi propagada e a resistência organizada. Sim, porque o site de mensagens está sendo usado também como um mural de centro acadêmico: pra difundir palavras de ordem e orientações prática entre os manifestantes. Onde se concentra, onde está a polícia, quem foi preso, o que ocorre nas outras cidades? “Não se enganem sobre isso: trata-se de uma enorme ameaça ao regime iraniano”, escreveu o jornalista americano Ross Kaminsky. “Embora nós tenhamos discutido a ‘comunicação de massas’ por décadas, não tínhamos realmente visto o que era a comunicação feita pelas massas até os últimos dias.” (PEREIRA, 2009, p.104)

O acesso à internet e aos serviços de mensagens instantâneas do Twitter via telefonia celular foram determinantes para que uma parcela significativa da Sociedade Civil iraniana, que se via alijada de seus direitos básicos de liberdade de expressão e de manifestação de seu poder representativo pelo meio das urnas pudessem expressar na Esfera Pública (a que não era controlada pela mídia subordinada ao Estado) sua voz.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados apresentados neste trabalho sobre utilização das TICs como estratégias de compartilhamento de informação em circunstâncias que envolviam questões político-sociais do Estado, conclui-se preliminarmente que as redes sociais podem ser analisadas como esferas públicas. Nessas, observou-se a possibilidade da prática da teoria da ação comunicativa habermasiana por intermédio de atos de fala dos agentes envolvidos.

Os cidadãos que participam do processo de disseminação das notícias que ocorrem em seus países exercem o direito de validar o significado que constroem



intersubjetivamente sobre as experiências vividas sem a intervenção do Estado, sem limites de tempo e espaço.

Especificamente no caso da utilização do Twitter pelos manifestantes iranianos em junho de 2009, estes, por intermédio da postagem de mensagens com o máximo de 140 (cento e quarenta toques), conseguiram informar os nomes dos presos, a localização da polícia, os fatos que ocorriam nas outras cidades e convocar os demais seguidores para reuniões populares.

Dessa forma, a força ilocucionária de atos de fala simbólicos compartilhados coletivamente sobre mundos vividos alcançou consenso e mobilizou um número significativo de cidadãos, possibilitando que parcelas representativas excluídas da sociedade tivessem voz.

Aspectos de ação comunicativa deram destaque para o alcance do sentido das linguagens utilizadas, que acabaram por explicitar as regras dos jogos a serem compartilhadas pelos usuários das redes.

A fenomenologia de modo experiencial sobre os acontecimentos foi além do racionalismo sistêmico de pura descrição. Como atos de fala, os relatos dos fatos ocorridos potencializaram o aspecto performativo das linguagens verbal e não verbal, caso das fotografias e dos filmes postados no Youtube, que alcançou rapidamente o consenso necessário para se tornar ação comunicativa sob o olhar de Habermas, na qual a construção de significados intersubjetivos amplia as possibilidades de intervenção na opinião pública.

Dessa forma, o fenômeno do alcance das informações veiculadas em redes sociais potencializa a função do público como agentes de transformação e planos de ação desenvolvidos por uma sociedade em rede, propicia aos agentes uma certa autonomia que sugere características de “uma esfera pública do século XXI”.

Essa ação comunicativa, no entanto, não produziu uma mediação democrática e solidária, pois numa relação assimétrica de poder não poderia haver uma construção dialógica satisfatória. No entanto, o poder de mobilização popular possibilitado pelas novas TIC's ainda está por mostrar resultados imprevisíveis. A impressionante velocidade de disseminação de informações (apesar de caóticas e desordenadas) desencadeou uma movimentação e comoção globais. O uso de lenços verdes por grande parte de população em locais de grande concentração e à vista da mídia internacional foi um símbolo de que a mobilização popular havia ganho grandes proporções e não se limitava a uma manifestação de um punhado de descontentes. O papel da internet e da telefonia celular



foi preponderante para o desenvolvimento desse processo de manifestação de ação comunicativa.

REFERÊNCIAS

AIDAR, J. L. P. **Brecha na Comunicação: Habermas , o Outro, Lacan**. São Paulo: Hacker Editores, 1996.

AUSTIN, J. L. **Quando Dizer é Fazer**. (trad. D. Marcondes). Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo e Sociedade: Para uma teoria geral da política**. 14ª. Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2007

EVELIN, Guilherme e MENDONÇA, Ricardo. O levante do Irã. **Época**, São Paulo, p.92-100, 22 jun. 2009.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro, Biblioteca Tempo Universitário, 1984.

MARQUES, A. “A Crise da Linguagem Representacionalista em Wittgenstein”, in: Rev. Portuguesa de Filosofia. T.LVIII-3-2002. Fac. de Fil. da Universidade Católica do Porto, 2002.

PEREIRA, Rafael. Rebelião 2.0 em Teerã. **Época**, São Paulo, p.102-104, 22 jun. 2009.

REIS, M. F. “O Observar e o “Explicar” o Mundo Pela Linguagem”, in Rev. Mackenzie: Educação, Arte e História da Cultura. Ano 2- n. 2.São Paulo, 2002.

SAUSSURE, F. **Curso de Lingüística Geral**. São Paulo: Cultrix, 1972.

TESSMANN, Erotides Kniphoff. **Sociedade civil e (re)construção do espaço público: gestão democrática ambiental para reflexão na esfera pública**. Anais do XVI Encontro Preparatório do CONPEDI - Campos dos Goytacazes. Jun. 2007.

TREVISAN, Cláudia. **China: o Renascimento do Império**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2006.

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania: A sociedade civil na globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

WITTGENSTEIN, L. **Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1991.